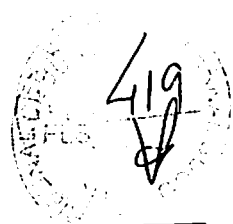




PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0002857-25.2010.8.17.0000 (208740-5)

IMPETRANTE: GLACYÊDA OLIVEIRA SANTOS DUTRA E OUTRO

PACIENTE: AMARO VIEIRA DE MELO FILHO E OUTRO

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Nilton de Araújo Barbosa

110

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE INDÍCIO SUFICIENTE DE AUTORIA. CONSTATAÇÃO DE PLANO. FUNDAMENTOS DO ARTIGO 312 DO CPP NÃO SATISFEITOS. PEDIDO DE EXTENSÃO. NEGADO. SITUAÇÕES PROCESSUAIS DIVERSAS. - DENEGAÇÃO DA ORDEM, NO TOCANTE AO ACUSADO EDMILSON DA SILVA SANTANA, E CONCESSÃO EM RELAÇÃO AO PACIENTE AMARO VIEIRA DE MELO FILHO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Ausente fundamento necessário para a decretação da custódia cautelar, qual seja, o indício suficiente de autoria, forçosa é a concessão de liberdade ao paciente.
2. A decisão em favor de um réu só pode ser estendida a outro se forem idênticas as situações de ambos no mesmo processo, o que não ocorre *in casu*.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *habeas corpus* nº 0002857-25.2010.8.17.0000 (208740-5) em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, unanimemente, em denegar a ordem no tocante ao acusado Edmilson da Silva Santana e concedê-la em relação ao paciente Amaro Vieira de Melo Filho, ratificando, assim, a medida liminar anteriormente deferida.

111

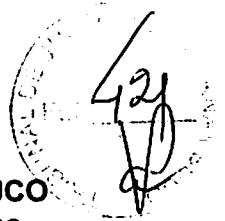
Recife, 17 de maio de 2010.

Des. Presidente


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0002857-25.2010.8.17.0000 (0208740-5)

112

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: GLACYÊDA OLIVEIRA SANTOS DUTRA E OUTRO

PACIENTE: AMARO VIEIRA DE MELO FILHO E OUTRO

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Nilton de Araújo Barbosa

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

RELATÓRIO

Os Beis. Glacyêda Oliveira Santos Dutra e José Eduardo de Andrade Dutra impetram *habeas corpus* preventivo em favor de **AMARO VIEIRA DE MELO FILHO**, acusado da prática de crimes tipificados no artigo 121, §2º, incisos I e IV, e no artigo 288, ambos do Código Penal, tendo sido apontado como autoridade coatora o Juízo de Direito da Comarca de Amaraji.

Alegam os impetrantes, basicamente, que não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão cautelar do paciente. Segundo eles, não há nos autos indícios que apontem para a participação do acusado nos crimes narrados na denúncia, assim como não há qualquer dado concreto a demonstrar que a liberdade dele possa ofender a ordem pública ou impedir a aplicação da lei penal.

Além disso, afirmam que o acusado é primário, de bons antecedentes, possui domicílio certo e exerce a função pública de vereador,

satisfazendo todos os requisitos necessários para responder o processo em liberdade.

Nestes termos, pugnam pela concessão da ordem de *habeas corpus*, a fim de que sejam afastados os efeitos do decreto de prisão preventiva expedido contra o paciente.

113

Através de despacho às fls. 370/371, reservei-me a apreciar o pedido de liminar após serem prestadas informações pela autoridade apontada coatora.

A Exm^o Juíza se manifestou à fl. 373, afirmando que o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado. Disse, ainda, que o paciente exerce o cargo de vereador no Município de Amaraji, tendo alcançado grande número de votos na última eleição.

Às fls. 378/382, proferi decisão interlocutória deferindo o pedido de liminar formulado pelos impetrantes. Entendi que o fato isolado de uma única testemunha, filha da vítima, ter escutado comentários de que o paciente estaria entre os mandantes do crime, não se constituiria em indício suficiente de autoria apto a autorizar o decreto prisional.

Às fls. 392/394, o impetrante José Eduardo de Andrade Dutra interpôs petição pugnando pela extensão dos efeitos da decisão concessiva de liminar ao co-réu **EDMILSON DA SILVA SANTANA**. De acordo com o nobre causídico, a necessidade da custódia cautelar do acusado não restou concretamente demonstrada no decreto prisional.

423

Com vistas ao exame do novo pedido formulado, determinei a expedição de ofício para a autoridade apontada coatora a fim de que prestasse ^{mas} outras informações sobre o caso.

114

A autoridade apontada coatora prestou informações às fls. 403/404, afirmando que a ação penal teve início em janeiro do ano em curso e conta com oito denunciados, o que, por si só, demonstraria a dificuldade para a sua regular tramitação. Aduz o juiz que a própria demora na conclusão do inquérito, iniciado em março de 2007, denota a dificuldade na apuração do caso, haja vista que o homicídio que vitimou Amaro Fernando da Silva, conhecido por "Fernando Sem Terra", teria sido praticado por um grupo de extermínio, com a participação de policiais, servidores públicos, de um vereador e até de agricultores ligados a movimentos sociais. Segundo ele, consta do inquérito, inclusive, que houve vazamento de informações antes da operação policial que resultou no cumprimento dos mandados de prisão expedidos contra os acusados.

Ainda de acordo com o eminente Juiz, há informações nos autos dando conta da existência de ameaças a testemunhas e parentes da vítima, e que, "segundo palavras da Promotora de Justiça em exercício perante o Juízo de Direito da Comarca de Amaraji, não fossem os denunciados integrantes de um grupo detentor de poder econômico e político na região, a instrução criminal já teria ocorrido e o mérito do processo já (teria sido) enfrentado".

Por fim, afirmou o magistrado que a morosidade do processo pode ser explicada, também, pela demora de alguns advogados constituídos no oferecimento das defesas escritas.

Em seguida, às fls. 406/408, indeferi o pedido liminar formulado em favor de Edmilson da Silva Santana, por entender que a prisão provisória do acusado está devidamente fundamentada na presença de indícios concretos de sua participação no crime, estando satisfeitos os requisitos do artigo 312 do CPP.

115

Instada a se pronunciar, a douta Procuradoria de Justiça, através do parecer de fls. 414/415, opinou “pela concessão da ordem impetrada em favor de Amaro Vieira de Melo Filho e pela denegação do *writ* ajuizado em prol de Edmilson da Silva Santana”.

É O RELATÓRIO.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

425
JP

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0002857-25.2010.8.17.0000 (208740-5)

116

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: GLACYÊDA OLIVEIRA SANTOS DUTRA E OUTRO

PACIENTE: AMARO VIEIRA DE MELO FILHO E OUTRO

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Nilton de Araújo Barbosa

RELATOR: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

VOTO

Sr. Des. Presidente,

Srs. Desembargadores,

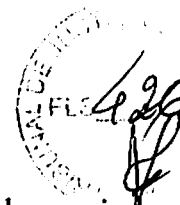
Sr.(a) Procurador(a).

Segundo as informações constantes dos autos, o Exmº Juiz de Direito da Comarca de Amaraji decretou a prisão preventiva dos pacientes nos autos da ação penal nº 0000541-85.2009.8.17.0190, em que eles foram denunciados pela prática de crimes tipificados no artigo 121, §2º, incisos I e IV, e no artigo 288, ambos do Código Penal.

Alegam os impetrantes, no entanto, que, no presente caso, não estão satisfeitos os requisitos autorizadores da custódia cautelar, ante a ausência de indícios suficientes de autoria e de elementos concretos a demonstrarem que a liberdade dos pacientes afronta a ordem pública ou configura óbice à aplicação da lei penal. Além disso, afirmam que os acusados são primários, de bons antecedentes, possuem domicílio certo e ocupação lícita, fazendo jus ao direito de responderem o processo em liberdade.

Assim, pugnam pela concessão da presente ordem de *habeas corpus*.

Pois bem.



De logo, cabe destacar que os pacientes foram denunciados pela prática de crimes graves (homicídio qualificado e formação de quadrilha), e que, segundo narra a denúncia, eles integram um grupo de extermínio acusado de vários crimes naquela região.

117

Em princípio, portanto, a periculosidade dos acusados é fundamento bastante para a prisão. Até porque, conforme lição do mestre Julio Fabbrini Mirabete, a decretação da custódia se justifica “se o acusado é dotado de periculosidade, na perseverança da prática delituosa, ou quando denuncia na prática do crime perversão, malvadez, cupidez e insensibilidade moral”¹.

Este foi, aliás, um dos argumentos apresentados pelo juiz para decretar a custódia cautelar. De acordo com o ilustre julgador, os pacientes e demais acusados “revelaram maldade, crueldade, insensibilidade”, denotando que “se tratam de elementos de alta periculosidade”.

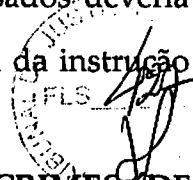
De tal modo, a custódia se mostraria necessária para garantia da ordem pública, visando acautelar a sociedade e evitar a possível reincidência criminosa dos pacientes.

Além disso, depreende-se dos depoimentos prestados durante o inquérito policial que os acusados são muito temidos naquela comunidade. Várias testemunhas afirmaram ter medo de serem mortas por integrantes do grupo criminoso do qual eles supostamente fazem parte. Sendo assim, a prisão dos pacientes seria imprescindível também para o bom andamento da instrução criminal, uma vez que a liberdade deles causaria uma indesejável intimidação das testemunhas, prejudicando substancialmente a apuração da verdade.

¹ MIRABETE, Juli Fabbrini. Código de Processo Penal Interpretado. 11ª Edição. Editora Atlas. Pág. 803.

Logo, em análise prefacial, a custódia cautelar dos acusados deveria ser mantida como forma de garantir a ordem pública e por conveniência da instrução processual. Neste sentido:

118



STJ: HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIMES DE ROUBO QUALIFICADO, TENTATIVA DE HOMICÍDIO, CÁRCERE PRIVADO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA. PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE. MODUS OPERANDI. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. TEMOR CAUSADO ÀS TESTEMUNHAS E VÍTIMAS. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO CULPA NÃO APRECIADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

1. A prisão preventiva foi satisfatoriamente motivada ao salientar a necessidade da segregação do acusado para se preservar a ordem pública, em razão de sua periculosidade, evidenciada pelo modus operandi dos delitos e pelo temor causado às vítimas e testemunhas, demonstrado nos depoimentos prestados durante o inquérito policial, conforme afirma o magistrado. (...) 4. Habeas corpus parcialmente conhecido e, nessa parte, denegado. (HC 82986/PR. Relatora Ministra Laurita Vaz. Quinta Turma. Julgamento em 06/09/2007)

Contudo, em relação ao paciente Amaro Vieira de Melo Filho, há de se reconhecer que não há nos autos indícios suficientes de participação nos crimes.

Conforme ressaltei por ocasião da concessão da liminar em favor do aludido paciente, o fato isolado de uma única testemunha, filha da vítima, ter escutado comentários de que ele estaria entre os mandantes do assassinato, não se constitui em indício suficiente de autoria apto a autorizar a decretação da medida extrema.

A bem da verdade, embora tenha sido posteriormente denunciado pelo órgão ministerial, o paciente nem chegou a ser indiciado pela autoridade policial, o que torna clara a falta de indício de sua participação nos delitos.

Portanto, no caso do acusado Amaro Vieira de Melo Filho, entendo que não estão satisfeitos os fundamentos da custódia cautelar, restando evidenciada de plano a falta de justa causa para a prisão. Neste sentido: . 119

TJMG: HABEAS CORPUS - ROUBO MAJORADO - PRESSUPOSTOS DA PRISÃO PREVENTIVA - INOCORRÊNCIA - INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA - INEXISTÊNCIA - ORDEM CONCEDIDA - LIMINAR MANTIDA - INTELIGÊNCIA DO ART. 312, CPP. Estando ausente um dos pressupostos básicos para a decretação da custódia cautelar, qual seja, o indício suficiente de autoria, a manutenção da liberdade do paciente é medida de caráter determinante. Ordem concedida. (Habeas corpus nº 2.0000.00.489621-7/000(1). Relator Juiz Hélcio Valentim. Segunda Câmara Mista do Tribunal de Alçada de Minas Gerais. Julgamento em 22/02/2005)

Por outro lado, tenho que há indício suficiente da participação do acusado Edmilson da Silva Santana nos crimes narrados na denúncia, uma vez que ele foi citado por várias testemunhas como tendo sido um dos executores do assassinato de Amaro Fernando da Silva, conhecido como "Fernando Sem Terra". Inclusive, ele foi expressamente apontado na acusação feita ao Disque-Denúncia (à fl. 87) como sendo um dos integrantes do grupo de extermínio que atua no Município de Amaraji.

Vê-se, portanto, que a situação do acusado Edmilson da Silva Santana não é idêntica à do paciente Amaro Vieira de Melo Filho, pelo que, nos termos do artigo 580 do CPP, não lhe podem ser estendidos os efeitos da decisão que a este beneficiou.

Por todo o exposto, o meu voto é no sentido de denegar a ordem de *habeas corpus* no tocante ao acusado Edmilson da Silva Santana e concedê-la em relação ao paciente Amaro Vieira de Melo Filho, ratificando, assim, a medida liminar anteriormente deferida.

É COMO VOTO.